

**Declaração conjunta dos Governos de Timor-Leste e da Austrália e da Comissão de Conciliação constituída ao abrigo do Anexo V da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**

Entre os dias 16 e 20 de janeiro de 2017, as delegações de Timor-Leste e da Austrália participaram numa série de reuniões confidenciais com a Comissão de Conciliação, em Singapura. Estas reuniões fazem parte de um diálogo em curso, estruturado no contexto da conciliação entre Timor-Leste e a Austrália, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e sob os auspícios do Tribunal Permanente de Arbitragem. Estas reuniões continuarão ao longo do ano, num esforço para se resolverem as diferenças entre os dois Estados sobre as fronteiras marítimas no Mar de Timor.

Em outubro de 2016, a Comissão de Conciliação chegou a acordo com as Partes sobre certas medidas de construção de confiança, que incluem uma série de ações por parte quer de Timor-Leste quer da Austrália, que se destinam a demonstrar o empenho de cada uma das Partes e a criar condições favoráveis para que seja alcançado um acordo sobre as fronteiras marítimas permanentes.

No âmbito deste pacote integrado de medidas de construção de confiança, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste e da Austrália e a Comissão de Conciliação emitiram uma Declaração Conjunta Trilateral a 9 de Janeiro de 2017, onde se destaca a intenção de Timor-Leste de pôr termo ao Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor e onde se define o acordo das Partes sobre as consequências jurídicas desta decisão. A 10 de janeiro de 2017, Timor-Leste notificou formalmente a Austrália do término do Tratado, que deixará de estar em vigor no dia 10 de abril de 2017, de acordo com os termos do mesmo.

Ao longo da semana passada, a Comissão reuniu-se com as Partes para analisar as suas posições de negociação sobre onde as suas fronteiras marítimas no Mar de Timor deverão estar situadas, a fim de identificar possíveis áreas de acordo, para a discussão em futuras reuniões. Tanto Timor-Leste como a Austrália concordaram que as reuniões foram produtivas e reafirmaram o seu empenho em trabalhar de boa-fé até ao final do processo de conciliação, em setembro de 2017. A Comissão pretende fazer todos os possíveis para ajudar as Partes a chegarem a um acordo que seja equitativo e exequível.

Reconhecendo que as Partes estão a realizar negociações de boa-fé sobre as fronteiras marítimas permanentes e na continuação das medidas de construção de confiança e do diálogo entre as Partes, na sexta-feira, dia 20 de janeiro de 2017, Timor-Leste comunicou por escrito aos tribunais que retira as suas alegações nos dois processos de arbitragem que tinha iniciado com a Austrália, ao abrigo do Tratado do Mar de Timor. Essas arbitragens foram previamente suspensas por acordo dos dois governos, após a reunião da Comissão com as Partes, em outubro de 2016. O cancelamento dessas arbitragens foi a última etapa do pacote integrado de medidas de construção de confiança acordado durante as reuniões da Comissão com as Partes, na referida reunião de outubro.

A Comissão e as Partes reconhecem a importância de garantir estabilidade e segurança às empresas petrolíferas com interesses no Mar de Timor. As Partes estão empenhadas em proporcionar um quadro estável para as operações petrolíferas existentes. Concordaram que o Tratado do Mar de Timor de 2002 e o respetivo quadro regulamentar de apoio permanecerão em vigor entre eles, na sua forma original, até que uma delimitação final das

fronteiras marítimas entre em vigor. À medida que prossegue este processo, a Comissão e as Partes vão assegurar que a questão das disposições transitórias relativas a qualquer novo regime seja incluída no programa de trabalho para a conciliação, com vista a garantir que os direitos atuais das empresas mencionadas são respeitados.

Timor-Leste e a Austrália desfrutam de uma amizade estreita e forte. Os governos de ambos os países estão comprometidos em manter essas relações e em trabalhar em conjunto no desenvolvimento dos seus interesses comuns.

**Esta declaração é emitida simultaneamente pelo Governo de Timor-Leste, pelo Governo da Austrália e pelo Tribunal Permanente de Arbitragem, em nome da Comissão de Conciliação.**